

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro

	Notas	2013	2012 (Reapresentado)
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	29.013	36.976
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	3.610	4.569
Títulos e valores mobiliários	5	26	20
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.194	1.091
Estoques		214	214
Despesas pagas antecipadamente		303	186
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	25.278	29.338
Outros ativos circulantes		-	4.434
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>59.638</b>	<b>76.828</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	5	234	2.229
Impostos e contribuições a recuperar	6	30	33
Depósitos judiciais		17	6
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	23.383	14.013
Investimentos		101	101
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>23.765</b>	<b>16.382</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>83.403</b>	<b>93.210</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	8	1.294	3.208
Empréstimos e financiamentos	9	533	533
Taxas regulamentares	10	202	91
Impostos e contribuições a recolher	11	665	807
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	51	4.232
Partes relacionadas	17	-	1.078
Outros passivos circulantes		71	44
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.816</b>	<b>9.993</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	2.939	3.465
Taxas regulamentares	10	72	55
Partes relacionadas	17	6	8
Outros passivos não circulantes		67	21
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.084</b>	<b>3.549</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	13	63.085	63.085
Reservas de lucro		4.951	3.978
Proposta de distribuição de dividendos adicional		9.467	12.605
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>77.503</b>	<b>79.668</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>83.403</b>	<b>93.210</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	2013	2012 (Reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	14	35.127	28.242
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	15	(14.544)	(10.401)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>20.583</b>	<b>17.841</b>
Despesas com vendas	15	(817)	-
Despesas gerais e administrativas	15	(620)	(674)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>19.146</b>	<b>17.167</b>
Receitas financeiras	16	2.582	3.054
Despesas financeiras	16	(368)	(337)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>21.360</b>	<b>19.884</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>(1.919)</b>	<b>(2.193)</b>
Corrente		(1.919)	(2.193)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>19.441</b>	<b>17.691</b>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO			
DO CAPITAL - R\$			
Ordinária		0,31	0,28

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	63.085	3.094	-	15.078	81.257
Lucro líquido do exercício	-	-	17.691	-	17.691
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(15.078)	(15.078)
Destinações:					
Reserva Legal	-	884	(884)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(16.807)	12.605	(4.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	63.085	3.978	-	12.605	79.668
Lucro líquido do exercício	-	-	19.441	-	19.441
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(12.605)	(12.605)
Destinações:					
Reserva Legal	-	973	(973)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(9.001)	-	(9.001)
Dividendos propostos	-	-	(9.467)	9.467	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	63.085	4.951	-	9.467	77.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2013	2012
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
Lucro do período (antes dos impostos)	21.360	19.884
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	168	187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	817	-
	<u>22.345</u>	<u>20.071</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	142	92
IR e CSLL a Recuperar	(628)	(820)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(61)	(235)
Depósitos judiciais	(11)	-
Despesas pagas antecipadamente	(117)	(82)
Partes relacionadas	-	4.258
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	1.611	4.298
Outros ativos	4.434	(4.434)
	<u>5.370</u>	<u>3.077</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(1.914)	3.077
Encargos de dívidas	(167)	(219)
Taxas regulamentares	15	(218)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(1.242)	57
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(117)	1.086
Partes relacionadas	(1.080)	(1.762)
Outros passivos	74	65
	<u>(4.431)</u>	<u>2.086</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>23.284</u>	<u>25.234</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Concessão Serviço Público (Ativo Financeiro)	(6.921)	(3.102)
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.989	424
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(4.932)</u>	<u>(2.678)</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(526)	(219)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(25.789)	(20.089)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(26.315)</u>	<u>(20.308)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<u>(7.963)</u>	<u>2.248</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	36.976	34.728
Caixa e equivalentes no final do exercício	29.013	36.976
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u>(7.963)</u>	<u>2.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	<u>2013</u>	<u>2012</u> (Reapresentado)
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	39.202	34.553
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(817)	-
	<u>38.385</u>	<u>34.553</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(14.962)	(10.891)
	<u>(14.962)</u>	<u>(10.891)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>23.423</u>	<u>23.662</u>
<b>Valor adicionado líquido</b>	23.423	23.662
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	2.582	3.054
	<u>2.582</u>	<u>3.054</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><u>26.005</u></u>	<u><u>26.716</u></u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.238	1.305
Imposto de renda e contribuição social	1.919	2.193
Obrigações intra-setoriais	2.958	5.039
Outros	57	137
<b>Subtotal</b>	<u>6.172</u>	<u>8.674</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	367	337
Aluguéis	25	14
<b>Subtotal</b>	<u>392</u>	<u>351</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Dividendos distribuídos	9.002	12.604
Dividendos propostos	9.467	4.202
Lucro retido (Reserva Legal)	972	885
<b>Subtotal</b>	<u>19.441</u>	<u>17.691</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u><u>26.005</u></u>	<u><u>26.716</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Afluente-T” ou “Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. (“Afluente-G”), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica (“Reestruturação Societária”), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem vertidos para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

Com potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão. Em 15 de maio de 2011 e 20 de junho de 2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 – Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da

provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidos e base de determinação do ativo financeiro.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

## **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## **2.3 – Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### **a) Receita de concessão:**

#### **Receita de operação e manutenção**

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

#### **Receita de construção**

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 7)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

## **Receita financeira de concessão**

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da Receita Anual Permitida (RAP). (vide nota 7)

### **b) Receita de Juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

## **2.4 – Imposto de renda e contribuição social correntes**

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

## **2.5 - Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## **2.6 – Instrumentos financeiros**

### **a) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

#### **a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros**



A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

▪ **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

▪ **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

▪ **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

**a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

**b) Passivos financeiros**

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

### **b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **▪ Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

### **b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.7 – Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## **2.8 – Contas a receber de clientes e outros**

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

## **2.9 – Títulos e valores mobiliários**

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

## **2.10 – Recebíveis de concessão de serviço público**

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo,

utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 12 de abril de 2015.

## **2.11 – Investimentos**

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

## **2.12 – Taxas Regulamentares**

### **a) Reserva Global de Reversão (RGR)**

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, a Companhia não está enquadrada na desobrigação por ser tratar de uma concessão licitada anterior a data determinada pela lei.

### **b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

### **c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### **d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## **2.13 - Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja

distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

## **2.14 – Demais direitos e obrigações**

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

## **2.15 – Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:**

### **(a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.**

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### **CPC/IFRS:**

<b>Norma</b>	<b>Assunto</b>
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

### **(b) Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**IFRS:**

<b>Norma</b>	<b>Assunto</b>
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	15	68
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	28.998	36.908
	<u>29.013</u>	<u>36.976</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes	( a )	3.011	3.195
Partes relacionadas (Nota 16)	( b )	1.416	1.374
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	( c )	(817)	-
Total		<u>3.610</u>	<u>4.569</u>
Circulante		3.610	4.569

(a) Referem-se aos serviços de transmissão cobrados através da Receita Anual Permitida (RAP).

(b) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP) e Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba.

(c) A companhia registrou provisão de crédito de liquidação duvidosa para os títulos com vencimentos superiores há 365 dias.

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Setor público	-	-	-	-	604	-	-
Setor privado	3.525	39	863	4.427	3.965	(817)	-
Total	<u>3.525</u>	<u>39</u>	<u>863</u>	<u>4.427</u>	<u>4.569</u>	<u>(817)</u>	<u>-</u>
Circulante				4.427	4.569	(817)	-

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12 (Reapresentado)
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014 20/04/2017	CDI	260	2.249
Total					<u>260</u>	<u>2.249</u>
Circulante					26	20

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com próximo vencimento em 1º de junho de 2014 e o último em 20 de abril de 2017.

## 6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	253	226
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	55	43
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	391	391
Programa de integração social - PIS	(c)	32	25
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	135	103
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(d)	328	303
		<u>1.194</u>	<u>1.091</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	30	33
		<u>30</u>	<u>33</u>
Total		<u>1.224</u>	<u>1.124</u>

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) corresponde ao recolhimento indevido e/ ou a maior quando da apuração do Lucro Presumido, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.430/ 96, além das retenções fonte de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo financeiros, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) PIS e COFINS a compensar referente ao recolhimento indevido e/ ou a maior decorrente da apuração do regime cumulativo estabelecido pela Lei 9.718/98 e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(d) Corresponde ao INSS retido sobre os contratos de operação entre a Afluentes T e Itapebi.

## 7. RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref	31/12/13	31/12/12
Recebíveis	(a)	48.642	43.347
Indenização	(b)	19	4
<b>Total</b>		<b>48.661</b>	<b>43.351</b>
Circulante		25.278	29.338
Não circulante		23.383	14.013

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).

(b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação, conforme quadro abaixo:

Indenização	Dez/2013
Parcela mensal descontada	19
Tempo residual da concessão	164
TIR	4,22%
<b>Indenização no final da concessão</b>	<b>16.577</b>

A movimentação do ativo financeiro está demonstrada conforme quadro abaixo:

<b>Saldos em 01 de janeiro de 2012</b>	<b>44.547</b>
Adições	3.102
Amortização/reversão	(27.194)
Atualização monetária / valor justo	22.896
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>43.351</b>
Adições	6.921
Amortização/reversão	(24.965)
Atualização monetária / valor justo	23.354
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>48.661</b>

## 8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/13	31/12/12
Materiais e serviços	1.294	3.208
Terceiros	307	2.835
Partes relacionadas (Nota 16)	987	373
<b>Total</b>	<b>1.294</b>	<b>3.208</b>
Circulante	1.294	3.208

## 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Taxa	Encargos		Principal		Total	
		Efetiva	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12
<b>Moeda nacional</b>								
Banco do Brasil	(a)	4,5% a.a. pré-fixada	7	-	526	2.939	3.472	3.998
<b>Total</b>			<b>7</b>	<b>-</b>	<b>526</b>	<b>2.939</b>	<b>3.472</b>	<b>3.998</b>

a) O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluentes T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:



	Total líquido	
	31/12/13	31/12/12
2014	-	526
2015	526	526
2016	526	526
2017	526	526
2018	526	526
2019	526	526
Após 2019	309	309
Total	2.939	3.465

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	258	3.991	4.249
Encargos	187	-	187
Transferências	526	(526)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(438)	-	(438)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	533	3.465	3.998
Encargos	167	-	167
Transferências	526	(526)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(693)	-	(693)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	533	2.939	3.472

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

## 10. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Reserva Global de Reversão – RGR		48	46
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA		113	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		23	24
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	72	56
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		8	10
Ministério de Minas e Energia - MME		10	10
Total		274	146
Circulante		202	91
Não circulante		72	55

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), com o objetivo de serem aplicados nos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008 e 316/2008.

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	192	180
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	152	179
Programa de integração social - PIS	19	20
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	87	91
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9	119
Imposto sobre serviços - ISS	196	167
Impostos e contribuições retidos na fonte	10	51
<b>Total</b>	<b>665</b>	<b>807</b>

## 12. DIVIDENDOS

A Assembléia de Acionistas da Companhia aprovou a declaração de dividendos intermediários e propostos, aos seus acionistas da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação ON
<u>2013</u>			
AGO/E de 29 de abril de 2013	Dividendos	16.807	0,2664164610
RCA de 22 de agosto de 2013	Dividendos	9.003	0,1427073186
		<u>25.810</u>	
<u>2012</u>			
AGO/E de 20 de abril de 2012	Dividendos	20.104	0,3186818190
		<u>20.104</u>	

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado, ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias “Classe A”.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2013	31/12/2012
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido</u></b>		
Ações ordinárias	63.085	63.085
<b>Total</b>	<b>63.085</b>	<b>63.085</b>
<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado</u></b>		
Lucro líquido do exercício	19.441	17.691
Constituição da reserva legal	(973)	(884)
<b>Base de cálculo do dividendo</b>	<b>18.468</b>	<b>16.807</b>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios</u></b>	<b>4.617</b>	<b>4.202</b>
<b><u>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:</u></b>		
Dividendos Intermediários	9.001	-
Dividendos propostos	9.467	4.002
<b>Total Bruto</b>	<b>18.468</b>	<b>4.002</b>

A formação dos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Declarados	15.078
Propostos	4.202
Pagos no exercício	(20.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.232
Declarados	21.608
Pagos no exercício	(25.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	51

### 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 63.085 dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
Total	63.085	100,00%

Acionistas	R\$	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Neoenergia	55.416	87,84%
Iberdrola Energia	5.361	8,50%
PREVI	1.446	2,29%
Outros	862	1,37%
Total	63.085	100,00%

#### Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

### 14. RECEITA LÍQUIDA

Ref.	31/12/2013	31/12/2012
Receita de operação e manutenção	8.755	7.643
Receita de concessão	23.354	22.891
Receita de construção da infraestrutura da concessão	6.920	3.102
Outras receitas	173	917
Total receita bruta	39.202	34.553
(-) Deduções da receita bruta	(a) (4.075)	(6.311)
Total receita operacional líquida	35.127	28.242

#### (a) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
<b>IMPOSTOS:</b>		
PIS	(221)	(233)
COFINS	(1.017)	(1.072)
ISS	(11)	(98)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(563)	(642)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(217)	(476)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(301)	(2.442)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(314)	(304)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.431)	(1.044)
Total	(4.075)	(6.311)

## 15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13			31/12/12 (Reapresentado)	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Material	(123)	-	-	(123)	(63)
Serviços de terceiros	(6.971)	-	(543)	(7.514)	(7.360)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(132)	-	-	(132)	(131)
Arrendamentos e aluguéis	(9)	-	(16)	(25)	(14)
Tributos	(30)	-	(16)	(46)	(39)
Provisões líquidas - PCLD	-	(817)	-	(817)	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(6.920)	-	-	(6.920)	(3.102)
Outros	(359)	-	(45)	(404)	(366)
Total custos / despesas	(14.544)	(817)	(620)	(15.981)	(11.075)

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

Receita Financeira	31/12/13	31/12/12
Renda de aplicações financeiras	2.579	3.054
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3	-
Total	2.582	3.054

  

Despesa Financeira	31/12/13	31/12/12
Encargos de dívida	(166)	(188)
Descontos concedidos	(64)	(62)
Outras despesas financeiras	(138)	(87)
Total	(368)	(337)

## 17. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(a)	Uso da Rede	1.372	-	12.111	1.322	-	11.530
		Prestação de serviço	4	-	26	2	-	-
		Outros	-	6	(67)	-	9	(67)
			1.376	6	12.070	1.324	9	11.463
CELPE	(a)	Uso da Rede	17	-	140	27	-	242
		Debêntures - Aplicação / Emissão	91	-	-	132	-	-
			108	-	140	159	-	242
	(a)	Uso da Rede	5	-	59	12	-	100
		Debêntures - Aplicação / Emissão	7	-	21	-	-	-
			12	-	59	33	-	100
TERMOPERNAMBUCO	(a)	Uso da Rede	7	-	87	5	-	64
			7	-	87	5	-	64
ITAPEBI	(a)	Uso da Rede	5	-	72	4	-	52
		Prestação de serviço	-	-	149	71	-	893
		Debêntures - Aplicação / Emissão	143	-	-	208	-	-
			148	-	221	283	-	945
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	-	(3.662)	-	373	(4.391)
			-	-	(3.662)	-	373	(4.391)
BAGUARI I	(a)	Uso da Rede	1	-	7	-	-	5
			1	-	7	-	-	5
AFLUENTE GERAÇÃO		Reembolso de despesa	-	-	-	-	1.077	-
			-	-	-	-	1.077	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Uso da Rede	4	-	53	3	-	37
			4	-	53	3	-	37
CALANGO 1	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CALANGO 2	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CALANGO 3	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CALANGO 4	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CALANGO 5	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CAETITÊ 2	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
CAETITÊ 3	(a)	Uso da Rede	-	-	1	-	-	-
			-	-	1	-	-	-
NO&M	(b)	Prestação de serviço	-	987	(987)	-	-	-
			-	987	(987)	-	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	-	-	3.692	-
			-	-	-	-	3.692	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	96	-
			-	-	-	-	96	-
Iberdrola Energia S.A		Dividendos	-	-	-	-	357	-
			-	-	-	-	357	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	51	-	-	87	-
			-	51	-	-	87	-

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.

(b) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das subestações.

## 18. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem

como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

### **Gestão do Capital Social**

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Recebíveis de Transmissão – Composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Estão mensurados pelo custo amortizados dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos e financiamentos:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. A companhia não possui contrato de derivativos

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	29.013	36.976	36.976
Titulos e valores mobiliários	260	260	2.249	2.249
Contas a receber de clientes e outros	3.610	3.610	4.569	4.569
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(1.294)	(1.294)	(3.208)	(3.208)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.472)	(3.472)	(3.998)	(3.998)

### **Valor justo**

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 2.10 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>28.888</b>	<b>28.888</b>	<b>33.907</b>	<b>33.907</b>
Contas a receber de clientes e outros	3.610	3.610	4.569	4.569
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	25.278	25.278	29.338	29.338
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>29.273</b>	<b>29.273</b>	<b>39.225</b>	<b>39.225</b>
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	29.013	36.976	36.976
Títulos e valores mobiliários	260	260	2.249	2.249
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>4.766</b>	<b>4.766</b>	<b>7.206</b>	<b>7.206</b>
Fornecedores	1.294	1.294	3.208	3.208
Empréstimos e financiamentos	3.472	3.472	3.998	3.998

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

	31/12/2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	15	28.998	-	29.013
Títulos e valores mobiliários	260	-	-	260

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### Fatores de risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.



A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

**Risco de Taxa de Juros**

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	29.259	2.377	1.783	1.189

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- **Riscos de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 29.258 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/2013						Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2014	2015	2016	2017
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>							
Empréstimos e financiamentos	3.472	3.982		670	647	624	600
Fornecedores	1.294	1.294	-	1.294	-	-	-

- Riscos operacionais
- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das Companhias do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da atividade realizada pela Companhia existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Este risco também é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades-fim da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes inadimplentes são cadastrados no Operador Nacional do Sistema (ONS).

A seguir, demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	36.976
Titulos e valores mobiliários	260	2.249
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	3.610	4.569
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	25.278	29.338

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos

reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

## 19. SEGUROS

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Consolidado		
	Data da vigência	Importância	Prêmio (R\$)
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2013 a 08/10/2014	56.987	57
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2013 a 08/10/2014	50.000	10
Veículos	08/10/2013 a 08/10/2014	Tabela FIPE	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

- Apólice de Seguro de Riscos Operacionais – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados, subestações e usinas – pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária para todos os riscos (seguro do tipo “all risks”) exceto os expressamente excluídos na apólice.
- Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Geral – cobertura para reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização da apólice tanto para um único evento quanto para uma combinação de eventos é de R\$ 50.000.
- Veículos – coberturas de casco, responsabilidade civil facultativa de veículos, acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva em caso de sinistro ou roubo.